



Câmara Municipal
Vitória da Conquista

(77) 3086-9600
RUA CORONEL GUGÉ - 150,
BAIRRO CENTRO, CEP 45000-510
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____/2025

Emenda modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 40, de 19 de novembro de 2025, que propõe a supressão do § 6º do art. 102 da Lei Complementar nº 2.645/2022, visando assegurar a aplicação por tempo indeterminado da isenção do IPTU concedida aos imóveis situados nos distritos e povoados.

Conforme a forma regimental, proponho a seguinte modificação ao Projeto de Lei 40/2025, encaminhado para apreciação do Plenário:

Art. 1º - Fica suprimido o § 6º do art. 102 da Lei Complementar nº 2.645, de 21 de junho de 2022, na redação proposta pelo Projeto de Lei Complementar nº 40, de 19 de novembro de 2025, passando a vigorar o artigo 102 da seguinte forma:

"Art. 102.....

I -

II - predial residencial, cujo valor venal seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos e cujo sujeito passivo possua um único imóvel urbano e que este sirva como sua residência.

III -

IV- cujo lançamento do imposto seja inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

V - situados nos distritos de Bate Pé (MZU-02), Cabeceira da Jiboia (MZU-03), Cercadinho (MZU-04), Dantilândia (MZU-05), Iguá (MZU-06), Inhobim (MZU-07), José Gonçalves (MZU-08), São João da Vitória (MZU-10), São Sebastião (MZU-10) e Veredinha (MZU-11).

VI - Os imóveis para fins residenciais situados no Pradoso (MZU-09);

§ 1º Perderá o direito à isenção prevista nos incisos I e II deste artigo o imóvel prometido à venda, a partir do momento em que se constituir o ato.

§ 2º O valor previsto no inciso II e IV será atualizado na forma do art. 335 desta Lei Complementar.



Pelo bem de nossa gente!

camaravc.ba.gov.br

@camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



EMENDA MODIFICATIVA Nº ____/2025

Emenda modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 40, de 19 de novembro de 2025, que propõe a supressão do § 6º do art. 102 da Lei Complementar nº 2.645/2022, visando assegurar a aplicação por tempo indeterminado da isenção do IPTU concedida aos imóveis situados nos distritos e povoados.

Conforme a forma regimental, proponho a seguinte modificação ao Projeto de Lei 40/2025, encaminhado para apreciação do Plenário:

Art. 1º - Fica suprimido o § 6º do art. 102 da Lei Complementar nº 2.645, de 21 de junho de 2022, na redação proposta pelo Projeto de Lei Complementar nº 40, de 19 de novembro de 2025, passando a vigorar o artigo 102 da seguinte forma:

"Art. 102.....

I –

II – predial residencial, cujo valor venal seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos e cujo sujeito passivo possua um único imóvel urbano e que este sirva como sua residência.

III –

IV- cujo lançamento do imposto seja inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

V – situados nos distritos de Bate Pé (MZU-02), Cabeceira da Jiboia (MZU-03), Cercadinho (MZU-04), Dantilândia (MZU-05), Iguá (MZU-06), Inhobim (MZU-07), José Gonçalves (MZU-08), São João da Vitória (MZU-10), São Sebastião (MZU-10) e Veredinha (MZU-11).

VI – Os imóveis para fins residenciais situados no Pradoso (MZU-09);

§ 1º Perderá o direito à isenção prevista nos incisos I e II deste artigo o imóvel prometido à venda, a partir do momento em que se constituir o ato.

§ 2º O valor previsto no inciso II e IV será atualizado na forma do art. 335 desta Lei Complementar.





Câmara Municipal
Vitória da Conquista

(77) 3086-9600
RUA CORONEL GUGÉ - 150,
BAIRRO CENTRO, CEP 45000-510
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

§ 3º O direito à isenção prevista no inciso I deverá ser requerida pelo sujeito passivo, até o último dia do ano anterior ao da ocorrência do fato gerador, por processo administrativo instruído dos documentos que comprovam o direito à isenção.

§ 4º O direito à isenção prevista no inciso II, V e VI poderá ser identificado pela Administração, no ato do lançamento, utilizando-se do pressuposto de que o sujeito passivo utilize o imóvel como sua residência, sem prejuízo do sujeito passivo peticionar o direito isenção, por processo administrativo instruído dos documentos que comprovam esse direito, que terá que ser feito até o último dia do ano anterior ao da ocorrência do fato gerador.

§ 5º O direito à isenção prevista no inciso III poderá ser identificado pela Administração, no ato do lançamento, utilizando-se do pressuposto de que o imóvel não seja explorado economicamente, sem prejuízo do sujeito passivo peticionar o direito à isenção, por processo administrativo instruído dos documentos que comprovam esse direito, que terá que ser feito até o último dia do ano anterior ao da ocorrência do fato gerador.

§ 6º No caso de o Fisco Municipal identificar, posteriormente ao lançamento e até a ocorrência do prazo decadencial, que os pressupostos previstos nos §§ 4º e 5º não ocorreram, a isenção será cancelada e o lançamento do imposto será realizado retroativamente.

§ 7º Após o lançamento retroativo, o sujeito poderá impugná-lo, apresentando documentos que comprovem a manutenção do direito à isenção." (NR)

Art. 2º - Esta Emenda passa a integrar o Projeto de Lei Complementar nº 40/2025.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem por objetivo primordial assegurar a isenção tributária de forma contínua aos residentes dos distritos e povoados do município, mediante a supressão da limitação temporal imposta pelo § 6º do art. 102.



Pelo bem de nossa gente!

camaravc.ba.gov.br

@camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



Câmara Municipal
Vitória da Conquista

(77) 3086-9600

**RUA CORONEL GUGÉ - 150,
BAIRRO CENTRO, CEP 45000-510
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

A redação original restringe a isenção ao exercício fiscal de 2026, o que se revela dissonante com: a realidade socioeconômica das comunidades distritais; o princípio da justiça fiscal; a coerência territorial do Município, que reconhece as diferenças significativas entre a zona urbana consolidada e os núcleos rurais; a necessidade histórica de um tratamento diferenciado às localidades que apresentam menor acesso a serviços públicos, menor valorização imobiliária e economia predominantemente baseada na agricultura familiar.

Trata-se, portanto, de uma medida que visa promover equidade tributária, e proteger os pequenos proprietários rurais, estimulando a permanência das famílias nos distritos. Além de que parte do pressuposto que compromete a arrecadação, considerando que os valores de IPTU nessas regiões são naturalmente reduzidos.

Com a supressão do § 6º, a isenção prevista nos incisos V e VI do art. 102 da Lei Complementar nº 2.645/2022 passa a vigorar por prazo indeterminado, garantindo tratamento tributário permanente aos imóveis situados nos distritos, povoados e no povoado do Pradoso.

A isenção por prazo indeterminado confere segurança jurídica, evita a necessidade de retrabalho administrativo e harmoniza a legislação municipal com as condições reais das comunidades que mais dependem desta política pública.

Assim, submetemos à apreciação desta Emenda, certos da compreensão dos nobres vereadores quanto à sua relevância social.


Vitória da Conquista, 08 de dezembro de 2025


Luciano Gomes

Vereador (PCdoB)



Ivan Cordeiro



(PL)


Dinho dos Campinhos
(Republicanos)



Pelo bem de nossa gente!

 camaravc.ba.gov.br

  [@camaravc](https://www.instagram.com/camaravc)

 Câmara de Vitória da Conquista



Câmara Municipal
Vitória da Conquista

(77) 3086-9600

**RUA CORONEL GUGÉ - 150,
BAIRRO CENTRO, CEP 45000-510
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Cris Rocha
(MDB)

Herminio Oliveira
(PP)

Paulinho Oliveira
(PSDB)

Ricardo Babão
(PCdoB)

Gabriela Garrido
(PV)

Edjaime Rosa - Bibia
(UNIÃO)

Adinilson Pereira
(UNIÃO)

Edivaldo Junior
(PSDB)

Nelson
NELSON de VITI

Diogo
DIOGO ARCEVO



Pelo bem de nossa *gente!*

camaravc.ba.gov.br

@camaravc

Câmara de Vitória da Conquista